



A diversidade produtiva em Reservas Extrativistas na Amazônia: entre a invisibilidade e a multifuncionalidade

Productive diversity in Extractive Reserves in the Amazon: between invisibility and multifunctionality

Thaís Helena TEIXEIRA^{1*}, Mara Carvalho NOTTINGHAM², José Ambrósio FERREIRA NETO¹, Lillian Mércia Benevenuto ESTRELA², Bruna De Vita Silva SANTOS², Natália Aragão de FIGUEREDO³

¹ Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil.

² Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Brasília, DF, Brasil.

³ Instituto Federal Catarinense (IFC), Ibirama, SC, Brasil.

* E-mail de contato: thaisteixeira.coop@gmail.com

Artigo recebido em 9 de abril de 2018, versão final aceita em 9 de outubro de 2018.

RESUMO: Esse trabalho analisa a produção agrícola e extrativa em 28 Reservas Extrativistas (Resex) federais na Amazônia brasileira. As Resex representam uma modalidade de acesso ao território pelas populações extrativistas, como garantia do seu modo de vida e trabalho e de conservação ambiental. Foram utilizados dados primários obtidos por meio de questionários aplicados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), às famílias que vivem e utilizam os recursos desses territórios. As informações apresentadas se referem aos dados amostrais levantados, correspondendo a 3.236 questionários, de um total de 14.960. Foram analisados os elementos referentes à diversidade da pauta produtiva nessas Reservas Extrativistas e ao volume produzido pelo extrativismo de açaí e castanha-do-Brasil e da produção de farinha de mandioca. O trabalho ressalta que a diversidade produtiva, a multifuncionalidade e as especificidades das atividades e dos arranjos socioprodutivos de base familiar e comunitária são elementos fundantes da organização social, econômica e ambiental das populações beneficiárias das Reservas Extrativistas, principalmente nesse Bioma.

Palavras-chave: áreas protegidas; Reservas Extrativistas; multifuncionalidade; populações tradicionais; uso sustentável.

ABSTRACT: This paper analyses the agricultural and extractive production in 28 Federal Extractive Reserves (Resex) in the Brazilian Amazon. The Resex represents a modality of access to the territory by the extractive populations that guarantees their livelihood and environmental conservation. Primary data was obtained through questionnaires applied by the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio) in partnership with the Federal University of Viçosa (UFV), to the families that live and use the resources of these territories. The information presented refers to the sample data collected, corresponding to 3,236 questionnaires, in a universe of 14,960. The analysis focused on the elements related to the diversity of the productive agenda in these Extractive Reserves and to the amount produced by the extractivism of açaí and Brazil nuts and the production of cassava flour. The work emphasizes that the productive diversity, the multifunctionality and the specificities of socio-productive activities and family-based and community-based arrangements are fundamental elements of the social, economic and environmental organization of the beneficiary populations of Extractive Reserves, especially in this Biome.

Keywords: protected areas; Extractive Reserves; multifunctionality; traditional populations; sustainable use.

1. Introdução

Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, a dimensão ambiental entra em cena na agenda internacional, com a sociedade se organizando mundialmente para planejar os próximos passos em busca do uso mais racional dos recursos naturais, que passam a ser percebidos como fontes esgotáveis e que, por isso, deveriam ser preservadas. Contudo, as preocupações com o meio ambiente e com a finitude dos recursos naturais ganham maior repercussão apenas 20 anos depois, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Reconhecida como um dos maiores eventos internacionais relacionados à temática ambiental, essa conferência reuniu representantes de dezenas de países para discutir e tomar decisões acerca da diminuição da degradação ambiental.

A partir de então, as leis se avolumaram e normas vêm sendo elaboradas e implementadas, inclusive, no que diz respeito à criação, gestão e consolidação de áreas protegidas, como estratégia

de conservação da biodiversidade e dos recursos naturais em diversas regiões. Porém, a primeira experiência nesse sentido foi a criação do *Yellowstone Park*, nos Estados Unidos, em 1872, fato que fortaleceu e disseminou pelo mundo a noção de preservacionismo. No Brasil, os primeiros instrumentos legais quedariam suporte à criação de áreas protegidas foram elaborados principalmente a partir da década de 1930, tendo o Código Florestal de 1934 como primeira legislação no Brasil a tratar efetivamente do tema, com as chamadas *florestas protetoras* (Medeiros, 2006). A partir dos anos 1980, a elaboração de leis relacionadas à proteção e conservação ambiental, no Brasil, passa a dar ênfase à gestão integrada de recursos com a instituição de marcos legais importantes, notadamente relacionadas à criação de novas áreas protegidas. Esta tendência culminaria na publicação da Lei nº 9.985, de 18 de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Essa lei, considerada inovadora, pelo reconhecimento de categorias de Unidades de Conservação (UC), como as Reservas Extrativistas, é tratada, também, como um avanço no tema da conservação da natureza.

Pois, apesar de suas fragilidades, marca um novo momento do debate ambiental e da criação e gestão de áreas protegidas no Brasil.

A partir desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar elementos da organização produtiva de 28 Reservas Extrativistas federais no Bioma Amazônico, localizadas nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia. Serão abordadas as principais características das atividades produtivas (extrativista e agrícola), a diversidade de produtos e o sistema de produção empregado, e como essas são especialmente importantes na dinâmica social, econômica e ambiental dessas áreas.

O artigo está organizado, além da presente introdução e das considerações finais, em três seções. Na primeira, apresenta-se o contexto institucional, político e social no qual foi desenvolvida a categoria de Unidade de Conservação Reserva Extrativista (Resex). Na segunda parte, apresenta-se a metodologia utilizada na coleta e análise dos dados. Por fim, na terceira parte é realizada a discussão dos dados de forma a evidenciar como o arranjo econômico e produtivo das Resex é relevante no contexto atual da busca pelo desenvolvimento socioeconômico nessas comunidades e da conservação ambiental no país, apesar de sua invisibilidade nas estatísticas oficiais.

2. As Reservas Extrativistas: contexto político e social

O SNUC é resultado de um processo de debates envolvendo múltiplos atores, dentre eles, parlamentares, Organizações Não Governamentais - ONGs nacionais e internacionais, ambientalistas, cientistas, instituições públicas e privadas, movimentos sociais e comunidades tradicionais. A tra-

mitação do projeto de lei para criação do SNUC foi, como destaca Little (2002), palco de embates entre as correntes de ambientalistas, preservacionistas e socioambientalistas. Essas travaram acalorados debates sobre o conteúdo do texto, principalmente sobre a cláusula que definia o termo populações tradicionais que, por falta de consenso, foi vetada do texto final da lei. Mais tarde, esse conceito seria estabelecido no inciso I, Art. 3º, do Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, passando a ser definido como povos e comunidades tradicionais.

Apesar de algumas críticas a respeito de seu caráter generalista, o SNUC é considerado um marco na legislação ambiental brasileira. Seu conteúdo significa uma grande evolução do aparato legal com objetivos de proteção da natureza no Brasil, tanto pela sua originalidade quanto pelos avanços conceituais e de gestão apresentados. A sua principal contribuição foi a divisão e instituição de critérios, a partir de características distintivas, entre dois grupos de UCs: as de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, admitindo-se apenas o uso indireto dos recursos naturais; e as de Uso Sustentável, cuja finalidade é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (Drummond *et al.*, 2010).

Outra grande contribuição do SNUC, no campo da conservação ambiental e proteção das populações tradicionais, foi o reconhecimento e consolidação da categoria Reserva Extrativista (Resex) na legislação ambiental brasileira. O conceito de Resex foi elaborado nos anos 1980 como parte da mobilização liderada por sindicalistas e seringueiros na Amazônia. Estes líderes defendiam os direitos das populações da floresta e se contrapunham ao modelo de desenvolvimento vigente, baseado na

expropriação dos territórios por elas ocupados e na sobre-exploração dos recursos naturais, que excluía seu modo de vida tradicional (Cunha, 2010). A partir de suas mobilizações, buscou-se construir o entendimento político de que as Reservas Extrativistas deveriam ser “áreas públicas, de propriedade da União, não divididas em parcelas individuais, asseguradas para comunidades com tradição no uso dos recursos naturais, mediante regras de uso definidas pelo poder público” (Allegretti, 2008, p. 48). Ainda segundo Allegretti (2008), um elemento importante para fortalecer a proposta dos seringueiros foi a reivindicação da criação de Resex como medida prévia ao asfaltamento da BR-364, que liga Porto Velho (AC) a Rio Branco (AC). Nesse processo, o líder seringueiro Francisco Alves Mendes Filho, conhecido por Chico Mendes, teve papel preponderante na negociação entre o poder público, os bancos financiadores da obra e a Aliança dos Povos da Floresta, que incluía índios e seringueiros. Segundo Gonçalves (2003), Chico Mendes foi uma das figuras mais importantes na elaboração do conceito de Reservas Extrativistas, com visão privilegiada da aliança política entre seringueiros e populações indígenas.

Porém, apesar de todas as expectativas depositadas sobre as Resex como instrumento na conservação dos recursos naturais e manutenção dos modos de vida das populações tradicionais, sua consolidação continua sendo um desafio e gera controvérsias, ainda nos dias atuais (Lopes, 2013). Nesse contexto, Cunha (2010) argumenta que o movimento dos seringueiros, a criação das Resex, e o próprio SNUC não podem ser compreendidos sem a necessária contextualização histórica dos conflitos fundiários e de sua institucionalização política e legal. É nessa perspectiva que, ao analisarem

o processo de criação das Reservas Extrativistas, Cavalcanti (2002), Allegretti (2002) e Gomes *et al.*, (2012) enfatizam a importância da efetivação das propostas e lutas dos seringueiros tanto para as populações da Amazônia, como para as de todo o Brasil. A importância das Resex como forma de organização territorial e socioambiental, ganha ainda mais relevância com a criação de outras UCs de Uso Sustentável, como as Resex marinho-costeiras, fruto da luta das populações tradicionais (pescadores, marisqueiras e outros) que viviam dos recursos desse bioma, e resistiram à desarticulação de suas formas de produção e cultura por parte de interesses privados. Assim, as Resex são produto de um conjunto de ações e políticas, mas representam também uma alternativa real para garantir a manutenção e a tradicionalidade das atividades produtivas das comunidades extrativistas.

3. Metodologia

O presente trabalho considerou, em sua elaboração, dados de 28 Reservas Extrativistas terrestres localizadas no Bioma Amazônico, especificamente nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia (Tabela 1). Essas Resex foram escolhidas diante da atualidade e qualidade dos dados disponíveis. Considera-se esse quantitativo, dentro do universo total de Resex com características semelhantes no Bioma, suficiente para apresentar as especificidades de cada estado e região, uma vez que estão significativamente distribuídas no território. Nesse sentido, foram abordadas a realidade dessas áreas da forma mais profunda possível a partir dos dados disponíveis, atentando-se para o fato de que as mesmas guardam especificidades, mas também semelhanças.

TABELA 1 – Resex analisadas nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia.

Unidade de Conservação	UF	Nº de famílias	Unidade de Conservação	UF	Nº de famílias
Resex Alto Juruá	AC	1.176	Resex Gurupá-Melgaço	PA	616
Resex Alto Tarauacá	AC	164	Resex Ipaú-Anilzinho	PA	352
Resex Cazumbá-Iracema	AC	216	Resex Mapuá	PA	649
Resex Riozinho da Liberdade	AC	282	Resex Renascer	PA	406
Resex Arapixi	AM	128	Resex Rio Iriri	PA	100
Resex Baixo Juruá	AM	121	Resex Rio Xingu	PA	66
Resex Ituxi	AM	240	Resex Riozinho do Anfrísio	PA	86
Resex Lago do Capanã Grande	AM	207	Resex Tapajós-Arapiuns	PA	3.317
Resex Médio Juruá	AM	376	Resex Terra Grande Pracuúba	PA	580
Resex Médio Purus	AM	928	Resex Verde para Sempre	PA	2.133
Resex Rio Jutaí	AM	175	Resex Barreiro das Antas	RO	6
Resex Rio Unini	AM	165	Resex Lago do Cuniã	RO	167
Resex Rio Cajari	AP	1.318	Resex Rio Cautário	RO	62
Resex Arióca-Pruanã	PA	624	Resex Rio Ouro Preto	RO	146
Total					14.960

FONTE: ICMBio (2014).

Para a coleta dos dados, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), aplicou, nos anos de 2013 e 2014, nas 28 Resex listadas no Quadro 1, 14.960 questionários junto às famílias que vivem e utilizam os recursos desses territórios, totalizando aproximadamente 64.240 pessoas. As respostas foram fornecidas, em sua maioria, pelo responsável familiar, e quando a presença deste não era possível, pelo cônjuge. Cada questionário diz respeito a um grupo familiar. Os questionários são compostos por 8 módulos, a saber: (1) dados socioeconômicos do grupo familiar; (2) área de moradia e uso; (3) educação, saúde e alimentação; (4) acesso a serviços (água, saneamento e energia elétrica) e orçamento familiar; (5) produção e comercialização vegetal, pesqueira,

animal, pecuária e madeireira; (6) uso da terra, benfeitorias e equipamentos; (7) ocupação e origem da renda familiar; e (8) organização social e aspectos ambientais. Os módulos 1, 2 e 7 foram aplicados de forma censitária a todas as famílias e os outros módulos (3, 4, 5, 6 e 8) foram aplicados por amostragem. Nesse trabalho foram utilizados dados de 3.236 questionários, que correspondem a 21,63% do total de famílias identificadas como beneficiárias das 28 Resex selecionadas.

A definição da amostra considerou que as Resex são relativamente homogêneas, podendo ser tratadas como extratos ou subpopulações. Trabalhou-se o nível de confiança de 95%, com erro de amostragem ($E = 0.05$), correspondendo a uma porcentagem de erro estatisticamente aceitável no processo de estimativa da verdadeira proporção.

Dessa ampla base de dados foram analisadas no presente artigo as atividades de produção agroextrativista. Especificamente, serão apresentados dados referentes ao extrativismo de açaí (*Euterpe oleracea*) e da castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*), e à produção da mandioca (*Manihotesculenta*), além da descrição da ampla pauta de produtos coletados e produzidos nas Resex.

Os dados trabalhados são médios, cujos valores encontrados foram extrapolados para o total de famílias identificadas, a fim de demonstrar sua relevância. É importante ressaltar que, ao se trabalhar com as médias identificadas no processo amostral e fazer a extração para o total de famílias, não se está superestimando a produção nas Resex, ao contrário: reconhecemos que a complexidade do questionário aplicado eventualmente provocou a abstenção em algumas respostas, principalmente naquelas relacionadas com a contabilidade produtiva, o que implicou, na verdade, em uma subestimação do total produzido. Além disso, é importante ressaltar que existe produção extrativista nos estados e municípios citados na análise feita por populações residentes em outros tipos de UCs (como as Florestas Nacionais) e comunidades rurais, consideradas tradicionais ou não, o que torna pertinente as afirmações apresentadas nesse contexto.

A perspectiva metodológica adotada nesse trabalho está em sintonia com o delineamento apontado por Motta (2011), que cita o “*Millenium ecosystem assessment report*” (MA, 2005). Essa abordagem focaliza a capacidade de os recursos ambientais gerarem fluxos de serviços ecossistêmicos, tais como provisão, regulação e suporte, além daqueles caracterizados como

culturais. Em especial focamos os serviços de provisão (*provisioning services*) (MA, 2005) associados ao consumo direto desses recursos naturais como alimentos, fibras, madeira, lenha, produtos medicinais, principalmente pela forma sustentável como é feita a utilização dos mesmos nas Resex. Outro elemento abordado é a valorização da renda de autoconsumo das famílias extrativistas. Como mostram os estudos de Grisa & Schneider (2008a; 2008b) e IPEA (2013), a mesma é componente fundamental da renda monetária das famílias de agricultores familiares, abordagem que tem forte relevância para as análises sobre estrutura econômica das famílias residentes nas Resex.

4. Resultados e discussão

A multifuncionalidade da produção agroextrativista nas Resex registra-se aqui como dado que fortalece o modelo pensado para essas Unidades de Conservação, em termos de produção e modos de vida. Considerando as respostas das famílias dentro da amostra, e sabendo-se que cerca de 60% delas desenvolvem mais de uma atividade produtiva, a agricultura é realizada em 54,48% do total das famílias entrevistadas, a pesca em 44, 16% e o extrativismo vegetal em 42,83% (Tabela 2). Essas duas últimas atividades, por si só, envolvem trabalho com diversos recursos naturais, como será demonstrado mais adiante neste artigo, argumento que reforça a realidade do uso múltiplo dos recursos naturais na produção agroextrativista nas Resex, como vem sendo discutido por diversos autores que tratam do tema.

TABELA 2 – Atividades produtivas realizadas pelas famílias nas Resex analisadas, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia. 2013 - 2016.

Atividade	Nº de famílias que desenvolvem a atividade	%
Agricultura	1.763	54,48
Pesca	1.429	44,16
Extrativismo vegetal	1.386	42,83
Criação de pequenos animais	826	25,53
Pecuária	767	23,70
Madeira	563	17,40
Ovos	282	8,71
Leite	266	8,22
Mel	201	6,21

FONTE: ICMBio (2013 - 2016).

A Tabela 3 apresenta dados que ilustram a multifuncionalidade das famílias beneficiárias dessas Resex, onde 33,75% dessas desenvolvem no mínimo três tipos de atividades produtivas dentre as citadas na Tabela 2. Essa multiplicidade de atividades realizadas é destacada por O'Dwyer (2005) como parte da diversidade social que se forjou na relação dessas populações com os recursos naturais de seus territórios. A sazonalidade das atividades

agrícolas e extractivas, o regime de cheias e secas, os conhecimentos a respeito da riqueza da fauna e flora, são elementos fundantes desse uso múltiplo. Esse tipo de economia é gerado pela capacidade de adaptabilidade aos ciclos naturais desenvolvida por elas e pela necessidade de manutenção social e econômica, num contexto onde outras formas de rendimento são ainda escassas.

TABELA 3 – Número de atividades produtivas realizadas por família nas Resex analisadas, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia. 2013 – 2016.

Nº de atividades produtivas praticadas*	Nº de famílias	%	% acumulada
9	5	0,15	0,15
8	20	0,62	0,77
7	48	1,48	2,26
6	98	3,03	5,28
5	165	5,10	10,38
4	276	8,53	18,91
3	480	14,83	33,75
2	841	25,99	59,73
1	1.303	40,27	100,00
Total Geral	3.236	100,00	

* Extrativismo vegetal, pesca, agricultura, criação de animais de pequeno porte, pecuária, produção de leite, de ovos e de mel.

FONTE: ICMBio (2013 - 2016).

Dados que confirmam esse fato são encontrados em estudo realizado sobre as atividades produtivas no rio Purus por Cañete & Ravana-Cañete (2010). Foi constatado pelos autores que a pesca é a única atividade produtiva realizada durante todas as estações do ano e que a agricultura e o extrativismo revezam-se ao longo do regime de cheia e seca do rio. Nas 28 Resex analisadas, a pesca é realizada estritamente pelos membros do grupo familiar, sendo atividade registrada entre 56% dos entrevistados no Acre, 41% no Amazonas, 35% no Pará, 20% em Rondônia e 18% no Amapá. A produção é geralmente destinada ao consumo familiar e à comercialização eventual. Nas Resex do Pará e do Amazonas, o componente de comercialização da pesca é mais intenso do que nas reservas dos demais estados.

Na Resex Rio Cajari, Amapá, na região denominada Alto Cajari, a extração da castanha-do-Brasil é, tradicionalmente, uma atividade geradora de renda monetária, enquanto outros produtos extrativistas são vendidos nas feiras, como açaí, bacaba, uxí, pequi e óleos farmacológicos (Sousa, 2006). Também se destacam a agricultura em roças manuais, principalmente a mandioca, e a criação de animais como ovinos e suínos. Segundo o autor, a combinação de atividades resulta de uma lógica coerente de gestão de recursos naturais, determinada pelas possibilidades de seus instrumentos e de sua infraestrutura de trabalho, organizando os espaços para conseguir melhores níveis de remuneração do trabalho familiar com o menor esforço para a sua obtenção, realidade que se repete nas outras Resex.

Na região da Terra do Meio, nas Resex Iriri, Xingu e Riozinho do Anfrísio, Guerrero & Postigo (2017) relatam a diversidade das atividades produtivas. Destacam-se, mais uma vez, o extrativismo

(castanha-do-Brasil e seringa), a pesca, a agricultura (principalmente o cultivo de mandioca) e a criação de pequenos animais, além de atividades assessorias, como a extração de óleos vegetais e o cultivo de ervas medicinais. Fato relevante a se destacar é a ocupação das famílias nas margens dos rios, ou como é conhecido, o beiradão, que, segundo esses autores, tem o seu calendário definido a partir do profundo conhecimento sobre a dinâmica da mata e dos rios.

A estreita relação das famílias com o uso sustentável dos recursos naturais fica clara quando observamos a importância da floresta e sua diversidade de produtos (frutos, sementes, óleos, madeira, etc.) para o extrativismo, dos rios para a pesca, e da várzea e seu regime de enchentes e secas para a agricultura. Entretanto, criar uma relação harmônica com esse meio, que articula vida e trabalho, depende de um profundo conhecimento dos ciclos biológicos, dos recursos naturais e de tecnologias patrimoniais (ou seja, aquelas que foram criadas e apropriadas por essas populações ao longo de seu desenvolvimento histórico), entre outros (Diegues, 1999), ressaltando assim, além da dependência, a estreita articulação entre as formas de vida dessas populações e meio natural.

Pelas análises percebe-se que as Resex possuem uma pauta produtiva bem mais complexa e robusta do que mostram os levantamentos oficiais de produção agrícola, animal e extrativista nos municípios onde estão localizadas. Na maioria das vezes, essa produção permanece invisível à luz das estatísticas oficiais, em especial a extrativista. Esse fato é resultado da metodologia de mensuração da produção de origem vegetal e animal (quantidade produzida e valor da produção) utilizada pelo IBGE. A forma como é calculado o volume de produtos

da agricultura, do extrativismo e da criação animal, por exemplo, leva em consideração apenas as transações oficiais, ou seja, aquelas que são realizadas no mercado formal. Nesse contexto, as operações de troca, venda e doação, além do que se produz para consumo familiar, comuns à realidade rural, e que não ocorrem nesse modelo formal, não são contabilizadas pelas estatísticas oficiais, e, em geral, sequer são mensuradas pelos próprios produtores. Essa realidade provoca a invisibilidade dessa produção, que se traduz na ausência de políticas claras de fortalecimento dessas atividades que representam o modo de vida dessas populações.

Tomando como referência o ano de 2016, o IBGE listou em sua série Produção da Extração

Vegetal e da Silvicultura (PEVS) apenas 18 produtos oriundos do extrativismo nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Rondônia, conforme apresentado na Tabela 4¹. Como se pode observar, os dados oficiais apresentam apenas três produtos extrativistas em todo o estado do Amapá e quatro em Rondônia. O Acre, estado com boa parte de seu território coberto por Resex (seis no total), produziu em 2016, segundo as estatísticas oficiais, apenas quatro produtos extrativistas. A realidade da produção extrativista evidenciada pelos dados coletados pelo ICMBio no trabalho conjunto com a Universidade Federal de Viçosa apresenta uma realidade bem distinta dessa, como se pode observar na Tabela 5.

TABELA 4 – Produção Extrativista Vegetal e Silvicultura (PEVS*) identificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016.

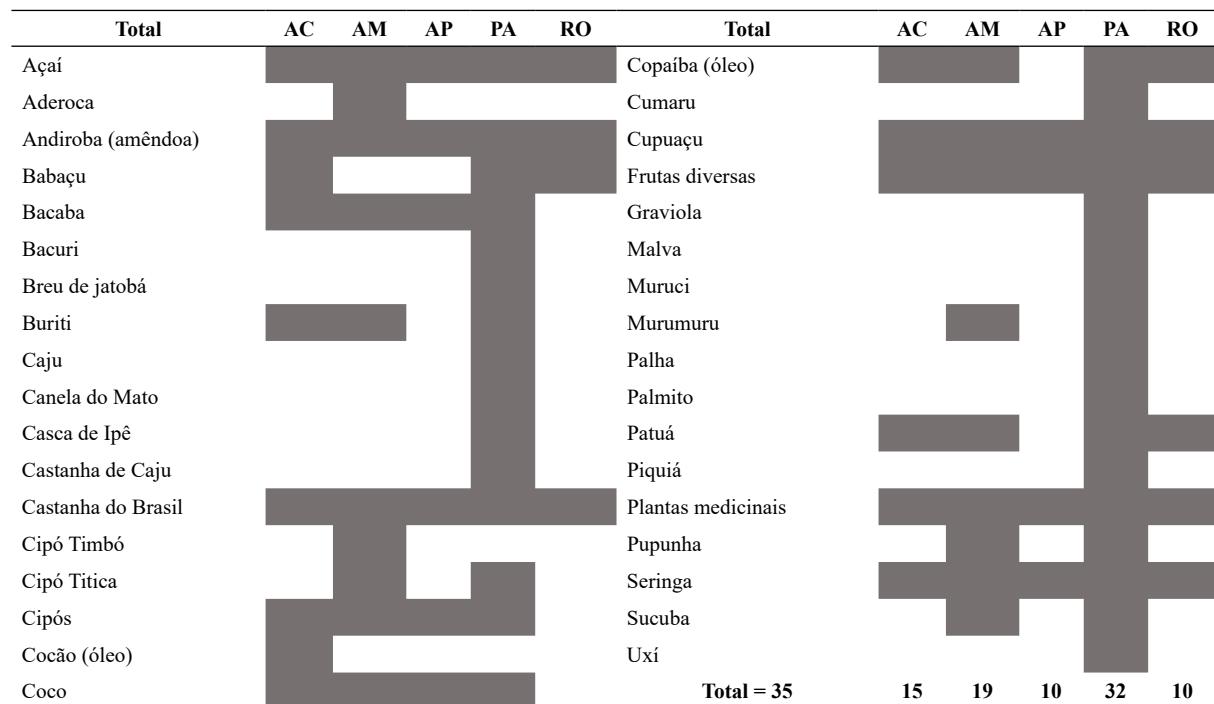
Produtos	AC	AM	AP	PA	RO	Produtos	AC	AM	AP	PA	RO
Açaí						Jaborandi					
Babaçu						Palmito					
Balata						Pequi					
Buriti						Pequi					
Castanha de caju						Piaçava					
Castanha do Brasil						Sorva					
Copaíba (óleo)						Tanantes					
Cumaru						Tucum					
Seringa						Total = 17	4	9	3	15	4

FONTE: PEVS – IBGE (2016).

* Excluídas lenha, carvão e madeira.

¹ Na presente análise não foi considerada a produção de carvão, lenha e madeira, contempladas na relação do IBGE, por falta de referência com a realidade das Resex.

TABELA 5 – Produção Extrativista Vegetal identificada pelo levantamento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em 28 Reservas Extrativistas nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia, 2013-2016.



FONTE: Dados do levantamento de famílias do ICMBio (2013 - 2016).

A comparação entre as Tabelas 4 e 5 evidencia que existe uma ampla gama de produtos extrativistas destinados ao consumo próprio e/ou à comercialização e troca que são invisíveis para as estatísticas oficiais, como o cupuaçu e a amêndoas de andiroba, por exemplo. Além dessa ausência, outro elemento que contribui para a “invisibilidade” econômica da produção extrativista são os diversos produtos voltados para o autoconsumo que não são computados quando se trata de análises do extrativismo vegetal baseadas nas estatísticas oficiais. A coleta de frutas diversas e de plantas medicinais realizada em todas

as Resex analisadas, por exemplo, representa um forte ativo econômico no sentido dos serviços de provisão (*provisioning services*), conforme analisado por MA (2005) e Motta (2011) e também é invisibilizada. Além disso, é um vigoroso componente da tradição que caracteriza a cultura e os meios de vida das comunidades extrativistas.

O que se ressalta é que tanto a perspectiva cultural e ambiental que caracteriza o uso desses recursos naturais, quanto seu componente econômico, não são geralmente percebidos nem considerados quando se avalia a produção nas Reservas Extra-

tivistas. A invisibilidade do extrativismo poderia ser superada se fosse dada maior atenção a essa produção que é realizada nessas e demais Unidades de Conservação de Uso Sustentável com populações tradicionais. Ainda que o trabalho realizado pelo ICMBio, em parceria com a UFV, não tenha tido foco central na quantificação da produção extrativista, é possível, a partir dos dados produzidos, concluir que se verifica expressiva diversidade de produtos e um volume significativo de produção, via de regra subdimensionada em pesquisas relativas às produções estaduais, regionais e municipais.

Tomando como referência o açaí, o produto extrativista produzido por maior número de famílias nas Resex e de maior projeção comercial atualmente, vemos que boa parte desta produção não é computada nos levantamentos do IBGE. Considerando-se a produção de açaí na Resex Cajari, no Amapá, por exemplo, observa-se que os 57 entrevistados (cerca de 24% da amostra para a Resex, que foi de 240 questionários) que forneceram informações válidas, produziram um volume total de 59,55 toneladas (no ano de 2013), com uma média de 1,04 tonelada por família. Se extrapolarmos essa produção média para 24% das 1.318 famílias identificadas nessa Resex, a produção total pode ser estimada em, pelo menos, 329 toneladas de açaí. No entanto, conforme dados do IBGE (2015), a produção total desse produto nos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Vitoria do Jari, que abrigam o território da Resex Cajari, foi de 98,426, e 58 toneladas, respectivamente, o que dá um total de 582 toneladas no ano de 2013. Ou seja, o volume estimado da produção de açaí apenas na Resex Cajari corresponde a 56% da produção total dos três municípios que são abrangidos pelo território da Resex, o que indica uma produção municipal

muito maior do que os dados registrados pelo IBGE, considerando a forte presença do extrativismo desse produto em diversas outras comunidades da região.

No caso da castanha-do-Brasil, outro produto extrativista de grande importância comercial, a invisibilidade do que foi produzido nesses territórios também é flagrante. Observando-se a produção identificada pelo ICMBio, na Resex do Rio Iriri, no Pará, esse fato fica ainda mais claro. O ICMBio identificou, em 2014, com base na produção de apenas 20 informantes válidos, uma produção da ordem de 18,9 toneladas de castanha-do-Brasil apenas nessa Resex. No entanto, os dados do IBGE (2014) para o mesmo ano registram uma produção total de 250 toneladas de castanha no município de Altamira, onde está localizada a mesma. Se levarmos em consideração que a Resex do Rio Iriri possui 100 famílias beneficiárias e que os dados de apenas 20 indicaram uma produção de quase 20 toneladas de castanha-do-Brasil, fica claro que a produção extrativista em Altamira é muito superior à identificada pelo IBGE, principalmente considerando que esse município abriga também a Resex do Rio Xingu e a Resex Riozinho do Anfrísio, além de outras comunidades rurais e ribeirinhas, totalizando 2.592 famílias que vivem em áreas rurais. Realidade semelhante foi encontrada por Tomasi (2016) ao analisar a cadeia de valor da castanha-do-Brasil na região de Lábrea, no Amazonas. Assim, fica evidente que os dados do IBGE não expressam objetivamente a realidade produtiva das Reservas Extrativistas e demais Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Esse descompasso entre a produção extrativista e o seu efetivo potencial econômico e a forma como eles aparecem nas estatísticas oficiais reforça o argumento de que a produção extrativista é invisível aos olhos dos dados oficiais e das análises

econômicas baseadas nos mesmos. Dessa forma, não é devidamente considerada na formulação de políticas públicas. Assim, a “invisibilidade” da produção se reflete na fragilidade de políticas públicas específicas para o extrativismo, como é o caso da assistência técnica extrativista, algumas vezes mencionada, porém raramente efetivada. Há ainda pouco investimento em políticas de crédito orientadas às especificidades das populações extrativistas. Entre as 2.089 famílias entrevistadas nas Reservas Extrativistas do Pará, apenas 19 (0,9%) tiveram acesso a algum tipo de crédito para investimento nas atividades extrativas, situação que se repete nos demais estados.

Levando em consideração os argumentos de Allegretti (2002) sobre a diversificação das atividades produtivas como alternativa de sustentabilidade para as Reservas Extrativistas, é importante ressaltar que a produção de farinha de mandioca é uma das principais atividades produtivas nas Resex, juntamente com a coleta do açaí. Essa é uma expressão clara da multifuncionalidade que caracteriza a vida produtiva e social nas Resex. A casa-de-farinha, em diferentes níveis de rusticidade e de modernização, é instalação comum nos locais de moradia dos extrativistas na Amazônia. Trata-se de uma forma de

agregação de valor ao produto agrícola, potencializando tanto o seu consumo quanto a sua comercialização. Nas 28 Resex analisadas foi registrada uma produção de quase 3 mil toneladas de farinha de mandioca, como mostra a Tabela 6, a seguir.

Como se pode observar, o volume de produção é bastante expressivo, mesmo considerando o baixo número de informantes. Além disso, é importante observar que 68,2% do total produzido foi destinado ao consumo familiar, ressaltando seu papel nos hábitos alimentares dessas famílias e como produto fundamental no autoconsumo. Se essa média produzida pelas famílias amostradas (21%) for extrapolada para o contingente total das famílias das 28 Resex dos cinco estados (14.960 famílias), o volume encontrado é ainda mais significativo, chegando a mais de 9.600 toneladas produzidas apenas nessas áreas. É importante ressaltar que a farinha de mandioca é um alimento muito comum na região Norte do Brasil, em especial em algumas regiões do Pará, com destaque para a capital Belém, maior consumidora de farinha de mesa no Brasil (34kg per capita/ano) (Denardin & Komarcheski, 2015).

Em 2006, os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia produziram 25% do total

TABELA 6 – Produção de farinha de mandioca nas reservas extrativistas, Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia, 2013 - 2016.

	Acre	Amapá	Amazonas	Pará	Rondônia	Total
Produção Total (t.)	1.096	74	477	1.061	116	2.824
Consumo (t.)	247	11	103	519	17	897
Venda (t.)	849	63	373	542	99	1.926
Informantes*	247	11	103	306	17	684
Produção média	6,19	1,39	1,83	3,47	2,41	3,06

* Nota: Na definição do número de informantes foram considerados apenas os casos com informações sobre volume produção e unidade de medida (quilo, tonelada, saca, fardo etc.), identificados dentro da amostra de 3.236 famílias entrevistadas sobre as atividades produtivas.

FONTE: Elaborado a partir de dados primários do ICMBio (2013 – 2016).

de farinha nacional. Fica claro que boa parte dessa produção vem dos agricultores familiares e dos extrativistas, tanto pelos dados coletados pelo ICMBio, quanto pelos apresentados nos trabalhos dos autores citados. Segundo eles, a maior parte da farinha na região amazônica vem de pequenos produtores que produzem no máximo 20 sacas por semana, incluindo os extrativistas.

A Figura 1 demonstra outra característica importante do extrativismo e da produção agrícola nas Resex da Amazônia, em especial de farinha de mandioca: são atividades tipicamente familiares.

É importante ressaltar que o mutirão e a parceria, formas típicas da sociabilidade campesina, também fazem parte dos arranjos familiares e vicinais de troca de dia e trabalho compartilhado nas Reservas Extrativistas. A contratação de mão-de-obra, que aparece em percentuais muito baixos, é eventual, e em nada descaracteriza o trabalho predominantemente familiar nas Resex.

Resulta evidente, portanto, a importância econômica da produção nas Resex, tanto pela diversidade da pauta produtiva quanto pelo volume de produção. Fica claro também que essa rica e variada produção não tem recebido a devida atenção dos órgãos oficiais, principalmente no que se refere aos dados estatísticos apresentados. Os Quadros 1 e 2, a seguir, ilustram esse descompasso entre o que apresentam os dados IBGE e outras pesquisas *in loco*, como o citado levantamento realizado pelo ICMBio em parceria com a UVF, relacionado à diversidade da pauta produtiva dessa região. São apresentadas a pauta de produtos agrícolas cultivados nas Resex da Amazônia e a pauta de produtos agrícolas nos estados onde essas estão localizadas.

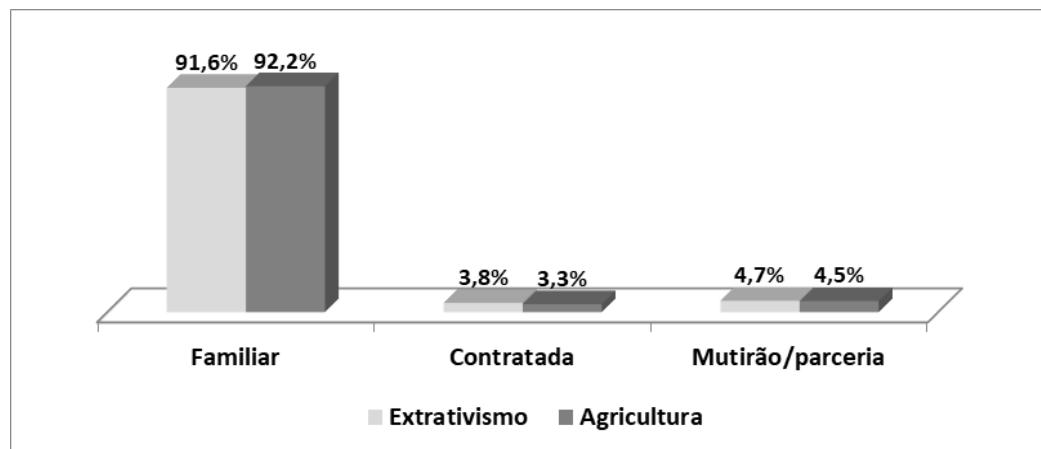


FIGURA 1 – Mão de obra utilizada nas atividades extrativistas e agrícolas nas Resex dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia, 2013 – 2016.

FONTE: Elaborado a partir de dados primários do ICMBio (2013 – 2016).

QUADRO 1 – Pauta de produção agrícola nas Resex dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia, 2013 – 2016.

abacate, abacaxi, abóbora (jerimum), açaí, amendoim, arroz, arueira, bacuri, banana, batata doce, batata-inglesa, cacau, café, caju, cana-de-açúcar, cará, cariman, chuchu, coco-da-Bahia, crueira, cupuaçu, fava, feijão, fumo, goiaba, graviola, hortaliças, laranja, limão, malva, mamão, mandioca/macaxeira, manga, maracujá, maxixe, melancia, milho, murici, palmito, pimenta, quiabo, tomate, tucupi, urucum.

FONTE: ICMBIO e UVF, 2013 - 2016.

QUADRO 2 – Pauta de produção agrícola identificada pelo IBGE (PAM) nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia, 2013.

abacate, abacaxi, amendoim, arroz, banana, batata doce, cacau, café, caju, cana-de-açúcar, coco-da-Bahia, dendê, feijão, fumo, goiaba, guaraná, laranja, limão, malva, mamão, mandioca/macaxeira, manga, maracujá, melancia, melão, milho, palmito, pimenta, quiabo, soja, sorgo, tangerina, tomate, urucum e uva.

FONTE: IBGE (PAM), 2013.

Novamente, como se pode observar pela comparação entre o Quadro 1 (44 produtos) e o Quadro 2 (35 produtos), a produção nas Resex é bem mais diversificada do que mostram os dados oficiais nos estados onde elas se localizam.

Outro ponto a ser ressaltado a respeito da importância econômica e social da produção nas Reservas Extrativistas se refere ao seu forte componente de autoconsumo. O autoconsumo, como argumentam Grisa & Schneider (2008a; 2008b) e IPEA (2013), é uma modalidade de produção típica da agricultura familiar e tem grande relevância na manutenção da reprodução social desses produtores. Tanto no que se refere à renda não monetária (valor de uso) não despendida, quanto no fortalecimento da segurança alimentar, adentrando, também, esferas da sociabilidade e identidade social dessas populações agroextrativistas. As estratégias relacionadas a esse tipo de produção se diferenciam, como destacam esses autores, de acordo com a dinâmica social

e produtiva dos grupos familiares. Nesse sentido, dentro do contexto das populações extrativistas que vivem em Resex, principalmente na Amazônia, a relevância econômica e social do autoconsumo é ainda maior, uma vez que a atividade extrativa e a agricultura de base familiar se apresentam como eixo central de sua reprodução social e econômica.

A ampla e diversa realidade produtiva, social e ambiental das Resex realça a necessidade de se discutir a importância da produção para autoconsumo. Tanto no que se refere à produção extrativista quanto à produção agrícola, parte significativa do que é produzido é destinado ao consumo familiar. São comercializados, ou mesmo trocados, de forma geral, apenas os excedentes. Tomando como exemplo a coleta de frutos e plantas medicinais, registrada em todas as Resex analisadas, além de representarem forte elemento da tradição que caracteriza a reprodução social e dos meios de vida dessas comunidades, representam forte ativo econômico no âmbito dos serviços de provisão (*provisioning services*), conforme analisado por MA (2005) e Motta (2011), sendo sua produção cada vez mais valorizada pela indústria de cosméticos e fármacos, podendo citar como exemplos o jaborandi, a andiroba, a copaíba, entre outros.

Um dos principais exemplos de produtos destinado ao autoconsumo nas Resex amazônicas é o açaí. O percentual de famílias que realizam autoconsumo chega a 85,44% no Acre, e a 57,87% em Rondônia; os outros estados analisados também registram percentuais significativos. Por outro lado, existe uma tendência recorrente à articulação entre consumo e venda, principalmente em relação à farinha de mandioca, que tem também grande importância comercial. Os dados sobre a destinação desses produtos podem ser observados na Figura 2.

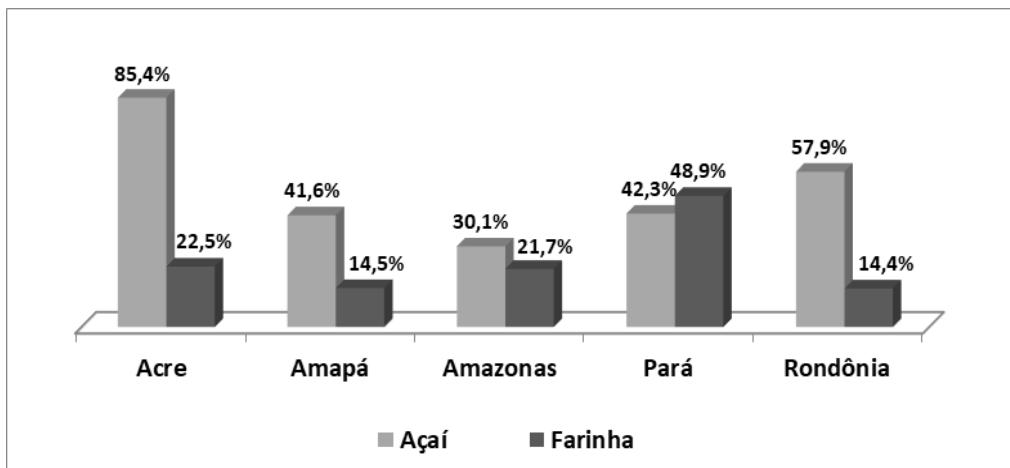


FIGURA 2 – Percentuais das famílias que produzem açaí e farinha de mandioca para autoconsumo nas Resex amazônicas, agregados por estado.

FONTE: Elaborado a partir de dados primários do ICMBio (2013 - 2016).

Conforme os dados dos questionários, cerca de 50% da farinha de mandioca produzida nas Resex do Pará foi destinada ao autoconsumo. É importante recordar, como mostrado na Tabela 6, que a produção de farinha identificada nas Resex do Pará foi de 1.061 toneladas, envolvendo 306 famílias, o que perfaz uma média de 3,47 toneladas produzida por famílias. Se considerarmos que 50% desse volume foi destinado ao consumo familiar, ou seja, 1,73 toneladas, esse montante passa a representar uma significativa porção de renda monetária não despendida. Já que, se não houvesse a produção doméstica, esse produto básico da dieta regional teria de ser comprado pelos valores praticados nos mercados convencionais, o qual é superior ao que os produtores receberam pelo produto quando vendido em suas propriedades.

Além da importância econômica do autoconsumo sob a perspectiva de renda monetária não despendida, essa relação de produção típica das formas de reprodução social do campesinato tem

importância social, cultural e nutricional. Nessa perspectiva, a partir de pesquisas realizadas sobre o tema do autoconsumo, como as de Grisa & Schneider (2008a) e Gazolla (2004), não é correto caracterizar essa produção como residual, ou associar a ela quantidades poucos significativas, ou mesmo padrões inferiores de qualidade. Sua importância para as unidades familiares é caracterizada, exatamente, pelos usos realizados, pois é fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional dessas populações rurais (Grisa & Schneider, 2008a). Esse argumento se sustenta não só na significância dos volumes de produção, mas também pela variedade de produtos disponibilizados, tanto pelo extrativismo quanto pela agricultura, pesca, criação de animais e mesmo da caça, no que tange o contexto das Resex. Ressalta-se que muitos desses produtos não podem sequer ser valorados, na medida em que não se inserem nos mercados convencionais, como diversos frutos, fibras e plantas medicinais, entre outros. No entanto, trata-se de produtos com elevada

significância sociocultural e profundamente anclados na sociabilidade local, e que movimenta circuitos e redes de troca entre vizinhos, por exemplo.

Sustenta-se, portanto, que as críticas de Homma (1989; 1994, p. 36), Cavalcanti (2002) e Maciel (2007), as quais caracterizam as Resex e a produção extrativista como “um modelo de produção arcaico”, “uma economia moribunda” e fadada ao desaparecimento, ou como uma solução incompleta ou parcial para os problemas das populações tradicionais e da preservação ambiental enquanto política fundiária são refutadas, tanto pelos dados empíricos que foram apresentados no presente artigo como pelo debate acadêmico que vem sendo desenvolvido sobre a temática. Adotando uma perspectiva que diverge da desses críticos, Arnt (1994), Allegretti (2002), Figueiredo *et al.* (2017), Teixeira *et al.* (2017) e diversos outros autores ponderam que as argumentações sobre a suposta inviabilidade econômica das atividades extrativistas decorrem de análises equivocadas. Esses autores sustentam que as críticas de Homma, Cavalcanti e Maciel não levam em conta o fraco desempenho de outros usos da terra na região amazônica e os custos econômicos e sociais de práticas não sustentáveis em todo o território nacional. Ressaltam também a realidade produtiva nas Reservas Extrativistas que, em função do seu modelo sustentável, consegue diversificar a produção. Essa não mais se resume à extração da seringa, ou à pesca, no caso das Resex marinhas, e sim combina atividades extrativistas e de cultivo, além de serviços como o turismo e o beneficiamento dos diversos produtos que a floresta e as águas dispõem. Além disso, geram externalidades positivas, como a conservação dos ecossistemas, da qualidade da água, do solo e do ar, a valorização das paisagens naturais, entre outras.

Assim, é possível afirmar que as Reservas Extrativistas representam a clara materialização do conceito de multifuncionalidade. Machado & Caume (2008), Kageyama (2004) e Bispo & Diniz (2014), sustentam que esse conceito, associado ao de pluriatividade das famílias rurais, representa uma forma de adaptação dos agricultores às modernas condições da produção agrícola capitalista. Essas famílias, no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, buscam o “equilíbrio entre valores econômicos, sociais e ecológicos” (Kageyama, 2004, p. 4). No caso dos seringueiros da Amazônia, fundado o período de semi-servidão (gerado pelo sistema de aviamento) imposto pelos seringalistas, esses passaram a ser multifuncionais, como condição para a manutenção de seu modo de vida. O desenvolvimento de outras atividades além do extrativismo e da agricultura, como o beneficiamento da produção, o artesanato e a inserção em novos canais de comercialização e, posteriormente, a promoção do turismo rural e da valorização da paisagem, se apresentaram como estratégias para a manutenção das famílias extrativistas. Aliado a isso, a crescente tendência à pluriatividade nas áreas rurais abre novas possibilidades para a permanência dessas populações nesses territórios, valorizando, também, outros recursos, naturais e humanos, até então subaproveitados por essas comunidades e não contempladas nas análises econômicas oficiais, como as mencionadas anteriormente.

Argumenta-se, portanto, que as UCs de Uso Sustentável nas quais vivem populações tradicionais, em especial as Reservas Extrativistas, são alternativas de desenvolvimento sustentável territorial, pois possibilitam a melhoria das condições de vida dessas populações em sintonia com o uso racional dos recursos naturais. Ou, como argumenta

Sawyer (2012), as Resex se inserem numa nova perspectiva de desenvolvimento na qual a noção de sustentabilidade não se resume ao rendimento monetário dos produtos. Ao contrário, esse componente monetário se apresenta como parte de uma ampla gama de atividades que gera benefícios reais às famílias envolvidas e à sociedade em geral, embora sejam invisíveis do ponto de vista do mercado. Como afirma o autor, as formas de organização da produção e de utilização dos recursos naturais nas Resex garantem as condições necessárias para a reprodução das famílias e da própria unidade produtiva. Nesse sentido, o mesmo autor afirma que a realidade produtiva e social das Resex significa uma mudança de foco nas questões associadas à valoração ambiental, geralmente relacionadas à análise dos custos de oportunidade, para uma abordagem que envolve a cobertura do custo social, que, em última instância, também cobre a conservação ambiental.

A partir dessas considerações, como argumentam Nogueira y Geer (2002), pode-se afirmar que os espaços naturais protegidos desempenham papéis cada dia mais relevantes na conservação de recursos naturais e serviços ecossistêmicos. Além da conservação ambiental e do uso público, são notáveis as contribuições relacionadas à ordenação territorial e à melhoria da qualidade de vida das populações que habitam esses territórios. Pinto (2014), por sua vez, destaca que estudos sobre a efetividade das áreas protegidas apontam, em diversos países, para o fato de que, uma vez decretadas, essas áreas já começam a desempenhar papel importante na conservação da biodiversidade. Segundo esse autor, fica claro que eventos de degradação como desmatamento, incêndios, caça e outros, são mais frequentes em áreas externas às UC, que dentro de seus limites.

Isso posto, pode-se afirmar que, no Brasil, as UC, em suas diversas modalidades, e de forma significativa na categoria Reserva Extrativista, se apresentam como um dos principais mecanismos de proteção da biodiversidade a longo prazo, mesmo diante das dificuldades para implementação e reconhecimento público desta forma de uso do território. Além de sua importância na conservação da biodiversidade, cabe destacar que essas áreas contribuem, também, em outras esferas, como pesquisa científica, educação ambiental, turismo e outros meios de geração de renda, conciliando a garantia de provisão dos serviços ecossistêmicos essenciais à manutenção da qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente.

5. Considerações finais

Os dados empíricos apresentados, corroborados pela ampla literatura consultada, evidenciam uma complexa e dinâmica estrutura produtiva nas Reservas Extrativistas da Amazônia, onde são desenvolvidas diversas atividades, principalmente a agricultura, o extrativismo vegetal e a pesca, em regime de economia familiar. O conhecimento e a prática sobre as formas de organização produtiva são repassados entre gerações, evidenciando a manutenção dos modos de vida e a tradição das populações nesses territórios.

A extensa pauta produtiva, tanto do extrativismo como da agricultura familiar, mostra-se fundamental, econômica e socialmente, no contexto da economia local e regional. Essa pauta está, em geral, ausente ou subdimensionada nas estatísticas oficiais do IBGE, mas é um forte componente da segurança alimentar quando observadas a impor-

tância e a representatividade do autoconsumo, contribuindo como renda não monetária, ou não despendida pelas famílias.

As análises apontam também que essa complexa estrutura produtiva está em sintonia com os princípios originais de criação das Reservas Extrativistas, ou seja, a garantia dos meios de vida e de reprodução social e econômica das comunidades tradicionais em estrita articulação com o uso racional e a conservação dos recursos naturais. Os diversos usos dos recursos, visando sua perenidade e qualidade, registrado nas Resex, corroboram o modelo sustentável pensado, ou seja, as populações permanecem na UC, empreendem uma produção diversificada e contribuem para o equilíbrio e conservação dos recursos naturais no seu território.

Questões relacionadas à produção para autoconsumo, além da alimentação, dizem respeito também a outros usos a que são destinados os produtos da floresta. As populações nas Resex se utilizam de diversos produtos extrativistas, madeireiros e não madeireiros, que proporcionam sua reprodução social, cultural e econômica. Ressalta-se que muitos desses produtos não podem sequer ser valorados, à medida que não se inserem nos mercados convencionais, como no caso de diversos utensílios desenvolvidos localmente, como vasilhames, instrumentos de madeira, etc., e mesmo alguns frutos, fibras, plantas medicinais, entre outros. Esses recursos são parte da cultura e da sociabilidade locais, sendo materialmente importantes, em alguns casos, apenas no contexto da floresta e de seus equivalentes nas relações de trocas entre vizinhos, por exemplo. Essas e outras questões, relacionadas à produção de autoconsumo e à dimensão cultural dos alimentos e dos produtos consumidos, são elementos a serem considerados ao se pensar a realidade das popula-

ções que vivem nesses territórios, e também temas para estudos futuros.

Referências

Allegretti, M. H. *A Construção Social de Políticas Ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. Brasília, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - UnB, 2002.

Allegretti, M. H. A construção de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 18, 39-59, 2008. doi: 10.5380/dma.v18i0.1342

Arnt, R. (ed.); Anderson, A. B.; Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais; Konrad-Adenauer-Stiftung. *O Destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

Bispo, T. W.; Diniz, J. D. A. S. Agroextrativismo no Vale do rio Urucuia-MG: uma análise sobre pluriatividade e multifuncionalidade no Cerrado. *Sustentabilidade em Debate*, 5(3), 37-55, 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/11370/8967>

Cañete, T. M. R.; Ravenna-Cañete, V. Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos. In: *Anais V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT10-29-1009-20100904055930.pdf>

Caívanti, F. C. S. *A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas*. Campinas, Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - UEC, 2002.

Cunha, C. C. *Reservas Extrativistas: Institucionalização e implementação no estado brasileiro dos anos 1990*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - UFRJ, 2010.

Denardin, V. F.; Komarcheski, R. (Orgs.). *Farinheiras do Brasil: tradição, cultura e perspectivas da produção familiar de farinha de mandioca*. Matinhos: UFPR Litoral, 2015.

Diegues, A. C. *Desmatamento e modos de vida na Amazô-*

nia. São Paulo: UNRISD: NUPAUB-USP, 1999.

Drummond, J. A.; Franco, J. L. A.; Oliveira, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: Ganem, R. S. (Org.). *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas* – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 437 p.

Figueiredo, N. A. Teixeira, T. H.; Ferreira-Neto, J. A.; Braga, M. J. A economia verde como referência para análise das Unidades de Conservação de Uso Sustentável no estado do Pará, Brasil. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, 6(1), 40-62, 2017. doi: 10.18540/rever61201740-62

Gazolla, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - PGDR/UFRGS, 2004.

Gomes, C. V. A.; Vadajunc, J. M.; Perz, S. G., Rubber tapper identities: Political-economic dynamics, livelihood shifts, and environmental implications in a changing Amazon, *Geoforum*, 43(2), 260-271, 2012. doi: 10.1016/j.geoforum.2011.09.005

Gonçalves, C. W. P. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)*. Brasília: Ibama, 2003. 590 p.

Grisa, C.; Schneider, S. Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar: um estudo comparativo no Rio Grande do Sul. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais*, 17(2), 47-47, 2008a. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/148/112>

Grisa, C.; Schneider, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 46(2), 481–515, 2008b. doi: 10.1590/S0103-20032008000200008

Guerrero, N. R; Postigo, G. Breve Histórico da terra do Meio. In: Vilas-Boas, A. (Org.). *Xingu: Histórias dos produtos da floresta*. Ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

Homma, A. K. O. Reservas Extrativistas: Uma alternativa de Desenvolvimento Viável para a Amazônia? *Pará Desenvolvimento*, 25, 38-48, 1989.

Homma, A. K. O. Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e possibilidades. In: Clüsener-Godt, M.; Sachs, I. (Eds.). *Extrativismo na Amazônia Brasileira: Perspectivas sobre o desenvolvimento regional*. Paris: Compêndio MAB 18-UNESCO, 1994.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Banco de dados do levantamento das famílias em Unidades de Conservação Federais*. 2013-2016. Não publicado.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura*, 2014. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>>. Acesso em fev. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura*, 2015. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>>. Acesso em fev. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura*, 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>>. Acesso em fev. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção Agrícola Municipal*, 2013. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>>. Acesso em fev. 2018.

IPEA. *A Produção para Autoconsumo no Brasil uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

Kageyama, A. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 21(3), 379-408, 2004. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/12O506.pdf>

Little, P. E. *Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade*. Brasília: UnB, 2002. Série Antropologia nº 322. 32p.

Lopes, E. R. N. Aspectos ambientais e históricos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: 12 anos de implantação. *Nature and Conservation*, 6(2), 6-17, 2013. doi: 10.6008/ESS2318-2881.2013.002.0001

Machado, A. G.; Caume, D. J. Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. In: *Anais XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Rio Branco, julho de 2008.

Maciel, R. C. G. *Certificação Ambiental*: uma estratégia para conservação da Floresta Amazônica. Campinas, Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Unicamp, 2007.

MA – *Millenium ecosystem assessment report*, Washington, DC: New Island 13, 2005.

Medeiros, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 9(1), 41–64, 2006. doi: 10.1590/S1414-753X2006000100003

Motta, R. S. Valoração e precificação dos recursos ambientais para uma economia verde. *Revista Política Ambiental*, 8, 93-103, 2011. Disponível em: http://web01.ib.usp.br/ffa/arquivos/maio2013/Valoracao_de_recursos.pdf

Nogueira y Geer, E. C. *Espacios naturales protegidos y desarrollo duradero: teoría y gestión*. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente, Lerko Print, S.A., 2002.

O'Dwyer, E. C. A construção da várzea com problema social na região do baixo amazonas. In: Lima, D. (Org.). *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazônicas e Solimões*. Perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus. MMA/Ibama/Provárzea, 2005, p.207-264.

Pinto, L. P. Status e os novos desafios das Unidades de Conservação na Amazônia e Mata Atlântica. In: Lima, G. S., Almeida, M. P., Ribeiro, G. A. (Orgs.). *Manejo e Conservação de Áreas Protegidas*. Viçosa, MG: Laboratório de Incêndios Florestais e de Conservação da Natureza, 2014. p. 160.

Sawyer, D. Dramas of the Commons in Brazil. *Sustentabilidade em Debate*, 3(2), 257-274, 2012. doi: 10.18472/SustDeb.v3n2.2012.8137

Sousa, W. P. *A dinâmica dos sistemas de produção praticados em uma unidade de conservação de uso direto na Amazônia – A Reserva Extrativista do Rio Cajari no estado do Amapá*. Belém, Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). - UFPA, 2006.

Teixeira, T. H.; Ferreira-Neto, J. A.; Moura, R. A.; Figueiredo, N. A. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Bioma Amazônico: dilemas e perspectivas para o desenvolvimento sustentável. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 46, 71-89, 2017. Disponível em: <http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER46/46.5.pdf>

Tomasi, A. *Cadeia de Valor da Castanha do Brasil no Município de Lábrea/AM*, Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, 2016.